



FACULDADE DE NEGÓCIOS
METROPOLITANA

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**Educação Financeira: A Importância do ensino aplicado nas Escolas
para Crianças e Adolescentes**

Kelly Dayanne Lino Santos
Orientador: Diego Bevilacqua Meli

RESUMO

A educação financeira é essencial para todos, mas ter o contato com a aprendizagem é um diferencial para crianças e adolescentes apresentarem mais consciência e criar uma boa relação com suas próprias finanças. O estudo parte da seguinte problemática: a presença da educação financeira nas instituições de ensino é uma ferramenta para a construção de uma sociedade hábil com os recursos monetários? O objetivo geral do estudo é analisar o desenvolvimento das aptidões e habilidades para incentivar o interesse saudável das crianças e adolescentes pelas finanças pessoais. E os respectivos objetivos específicos: Analisar a importância da educação financeira; Averiguar a educação financeira no Brasil; identificar os principais entraves para a aplicação e inserção nas escolas. Metodologicamente, foi realizado um artigo de cunho descritivo e bibliográfico, no qual se gerou uma discussão com o propósito gerar ao leitor um entendimento sobre diversos conceitos teóricos sobre educação financeira, de forma qualitativa e descritiva. Demonstrou-se a partir de toda a contextualização que é importante uma aprendizagem que forneça reflexão, autonomia e conexão didática, além disso, averiguou-se que as metodologias empregadas e o contexto que os alunos estão inseridos é um fator que desencadeia e indicará o interesse e aptidão dos alunos.

Palavras-chave: Educação financeira; finanças; finanças pessoais; crianças e adolescentes.

ABSTRACT

Financial education is essential for everyone, but having contact with learning is a differential for children and adolescents to be more aware and create a good relationship with their own finances. The study starts from the following problem: is the presence of financial education in educational institutions a tool for building a society that is skilled with monetary resources? The general objective of the study is to analyze

the development of skills and abilities to encourage the healthy interest of children and adolescents in personal finance. And the respective specific objectives: To analyze the importance of financial education; Investigate financial education in Brazil; to identify the main obstacles to the application and insertion in schools. Methodologically, a descriptive and bibliographic article was carried out, in which a discussion was generated with the purpose of generating an understanding of various theoretical concepts about financial education, in a qualitative and descriptive way. It was demonstrated from all the contextualization that it is important for learning that provides reflection, autonomy and didactic connection, in addition, it was verified that the methodologies used and the context that the students are inserted is a factor that triggers and will indicate the interest and aptitude of students.

Keywords: Financial education; finance; personal finances; children and teenagers.

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa em relação à imprescindibilidade do ensino aplicado de Educação Financeira (EF) para crianças e adolescentes. A partir da abordagem da temática o analfabetismo financeiro poderá ser reduzido, refletindo em uma sociedade com hábitos positivos e conscientes, assim o público estudantil fundamentará suas ações a partir de um panorama inteligente e bem planejado.

O padrão financeiro que salienta as práticas da sociedade incentiva os gastos, porém o estado financeiro não é coerente na maioria dos casos. Segundo Kiyosaki (2011), muito provável que só padrão e os níveis de passivos expandam de forma gradativa, o que falta na educação básica não é saber como ganhar dinheiro, mas como gastá-lo, o que fazer com ele depois de tê-lo ganho.

A partir da EF e as instruções para a gerência com análise criteriosa de gastos é possível o acúmulo e a construção de um perfil financeiro estável. A partir da abordagem a comunidade identificará os problemas e assumirá melhor posicionamento, desse modo, beneficiarão a redução de inadimplentes no cenário brasileiro, haja vista que de acordo com Catto (2022) o país atualmente abrange 79 % dos lares em cenário de endividamento.

Os fatores que proporcionam decisões conscientes e rentáveis na utilização do dinheiro advêm de inúmeras concepções e saberes, assim como a noção em relação a juros, poupança, inflação e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) dentre outras (SANTIAGO, 2015). Conseqüentemente, a sociedade a partir dos

preceitos contábeis terá a redução de gastos, aumento de receitas e com a perspectiva de encaminhar o capital para investimentos, logo, as finanças se estabilizarão.

Assim, nota-se a necessidade por parte dos institutos ampliarem o debate e o diálogo em relação aos atos financeiros dessa forma obterá a capacidade de avaliar e assumir riscos, administrando-os em cada oportunidade que surge, pois a tendência natural é a busca da segurança que geralmente não é a melhor escolha para sermos bem-sucedidos no planejamento financeiro (VANDERLEY; DOS SANTOS SILVA, 2021).

A pesquisa é justificada pelo fato que muitas das dificuldades que adultos apresentam hoje em relação à vida financeira possuem origem em detrimento da desinformação, ouvindo e vendo os pais ou responsáveis reclamando de problemas com dinheiro, finanças e consumo.

O estudo é relevante por elucidar e direcionar as escolas como entidades protagonistas para estimular os alunos a alcançarem um relacionamento saudável e coerente com dinheiro, principalmente para que as futuras gerações não herdem e prossigam com os tabus e convicções que inviabilizam o progresso na área financeira.

Nessa linha de raciocínio, o presente trabalho parte da hipótese que, será de grande valia e essencial edificar e ampliar metas para que incentive a responsabilidade em crianças e adolescentes objetivando que cresçam compreendendo o valor do dinheiro e ainda mais importante, sabendo como amestrá-lo.

Diante a contextualização nota-se que há consequências em relação a falta de habilidade para a manutenção dos recursos financeiros. Nesse viés, adotou-se a seguinte problemática: A presença da EF nas instituições de ensino é uma ferramenta para a construção de uma sociedade hábil com os recursos monetários?

O objetivo geral do estudo é analisar o desenvolvimento das aptidões e habilidades para incentivar o interesse saudável das crianças e adolescentes pelas finanças pessoais. E os respectivos objetivos específicos: Analisar a EF no Brasil; identificar os principais entraves para a aplicação e inserção nas escolas.

Metodologicamente, foi realizado um artigo de cunho descritivo e bibliográfico, no qual se gerou uma discussão com o propósito gerar ao leitor um entendimento sobre diversos conceitos teóricos sobre EF, permitindo um entendimento para que as próximas gerações se tornem capazes de agir de forma racional, financeiramente responsáveis

capazes de processar confiança suficiente para tomada de decisões significantes como, por exemplo, crédito e financiamento.

Nessa perspectiva, realizou-se um levantamento teórico abordando a EF nas escolas e a indispensabilidade da EF para o Brasil e os principais desafios para a inclusão do tema nos espaços de ensino, uma vez que as transformações oriundas são interpessoais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Educação Financeira no Brasil

Em relação ao cenário brasileiro, identificaram-se poucos trabalhos que abordam e consolidam as informações sobre EF. Nesse prisma, Isso torna este artigo indispensável, uma vez que se apresenta como uma contribuição institucional que fornecerá embasamento para futuras discussões sobre o tema no país.

Seguindo essa finalidade, foi realizado um levantamento das principais ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia, no que tange ao processo de EF. A partir dessas informações é possível notar que diversas organizações cumprem o papel de ofertar a EF ao público. Vale ressaltar, ainda, que tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos.

1.2 Importância da Educação Financeira nas Escolas

O presente momento do estudo busca evidenciar e gerar uma discussão sobre a imprescindibilidade do tema nas escolas, de forma democrática e lúdica, envolvendo e incentivando os alunos a se aprofundarem. Haja vista que esse comprometimento é necessário, para que os cidadãos possuam mais qualidade de vida e sucesso com a movimentação do dinheiro.

De acordo com Barbosa (2021) a educação financeira se constitui como uma ferramenta para o mercado de capitais nacional, espelhando e refletindo em um maior nível da qualidade de vida e bem-estar da comunidade, “os programas de educação financeira podem influir decisivamente na formação de comportamentos poupadores” (BARBOSA, 2021, p. 56).

De acordo com essa perspectiva, a educação financeira é um grupo de práticas com o objetivo de despertar uma reflexão crítica em relação aos gastos pessoais para que, desta forma, ao ser analisada no espaço educacional, os estudantes exercitem e adquiram uma convicção financeira (NEMOS; DURO; FOGLIARINI FILHA, 2021).

O ambiente escolar desempenha uma função imprescindível no desenvolvimento de muitos jovens, pois tornar-se uma instituição a qual trabalha e se dedica em transmitir conhecimentos básicos de educação financeira, haja vista que a maioria não obtém contato com uma educação financeira familiar.

Nesse viés, o pressuposto e objetivo da educação emancipadora é gerar criticidade para desenvolver a “capacidade de o indivíduo consumidor analisar e refletir acerca de tomadas de decisões frente a uma sociedade líquido-moderna” (ROSSETTO, 2019, p.22). Ou seja, incentivar um domínio na qual os indivíduos questionem a necessidade e a importância de cuidar das finanças.

A educação financeira é uma estratégia que viabiliza uma convicção rígida em relação ao consumo excessivo, prevenção, poupança e análise de riscos. Nessa ótica, convém ressaltar que para Reis (2021, p. 3):

A população brasileira alcançará o consumo consciente, não comprará utensílios e materiais pelo número de parcelas que cabe no bolso, mas a partir do programa de educação financeira alcançará o mínimo de condições de fazer um exame direto e rápido se o juro embutido não está muito caro (REIS, 2021, p. 3)

As ações desenvolvidas nas aulas de educação financeira necessitam transmitir boas emoções, de modo a ter um vínculo entre aluno e família, estabelecendo uma sinergia entre as variáveis: aluno/ escola, escola família, aluno e família. Desta forma, existirá um compromisso que chegará de forma direta e indireta (DOMINGOS, 2018).

De acordo com estudo realizado entre o Instituto Axxus, o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (ABEFIN), constatou-se que a implementação de educação financeira é um ato imprescindível para o bem social, pois colabora para a sustentabilidade e cria condições para melhor desenvolvimento econômico e social (UNICAMP, 2017).

Segundo o estudo supracitado acima, para que os resultados fossem os mais amplos possíveis, foram entrevistados 750 pais, sendo 50% pais de alunos que

estudam em colégios que adotam educação financeira e 50% pais de alunos que estudam em colégios que não adotam a educação financeira. Assim, os pais cujos filhos não tiveram educação financeira só 3% conseguiriam viver por até um ano ou mais, 53% sobreviveriam até seis meses e 44% por apenas um mês. Esse resultado impressiona, mas demonstra os riscos que a falta de ensinamentos sobre o tema pode proporcionar (UNICAMP, 2017).

Sendo assim, segundo Rabelo (2021) a metodologia do governo, através da BNCC, iniciará a educação financeira nas escolas através da grade justamente pensando na formação dos futuros adolescentes, familiares e profissionais que saberão gerir as finanças tanto pessoais como profissionais.

Finaliza-se considerando que muitas das dificuldades enfrentadas pelos adultos de hoje ocorrem por essa falta de educação, justamente com a estratégia para gerar resultados e referencial para as crianças sobre o uso consciente do dinheiro, finanças e consumo.

Assim como demonstrado no estudo, o ambiente escolar é o local ideal para trabalhar os assuntos de educação financeira. Porém, em razão de ser um assunto delicado e que exige abordagens eficientes, há várias barreiras para a inclusão do tema nas salas de aula, dessa forma, posteriormente buscou-se analisar essa questão.

1.3 Barreiras para a inclusão da Educação Financeira nas escolas

O cenário da educação Brasileira é um objeto de estudo indispensável para o sucesso do desenvolvimento das concepções e da sociedade geral. Segundo Cunha (2020), um dos principais erros que espelha a falta de habilidade para a estabilidade financeira da comunidade é a metodologia passiva nos centros de ensino.

É imprescindível a introdução de desafios e problemas que incentivem o público estudantil visualizar as perspectivas futuras de ações, isso a partir de metodologias ativas, dinâmicas e interativas, na qual envolverão alunos e professores (CUNHA, 2020).

O rompimento com os desafios para o sucesso e eficácia do debate em relação a educação financeira inicia-se pelos professores, de acordo com Rabelo (2021), a formação e o foco devem ser iniciados através dos professores e docentes, com o pressuposto de que a introdução do assunto deve seguir uma lógica pragmática.

Nesse viés, conforme pontuado por Santiago (2015) não é apropriado só iniciar com o assunto dentro das escolas, pois, existe a possibilidade de o tema não trazer segurança aos docentes, quando ele se sente seguro o desenvolvimento é potencializado através dos estudantes.

Nessa linha de raciocínio, abranger os assuntos de educação monetária nas instituições de ensino é benéfico a todo o corpo social, dessa forma requer do público docente uma transmissão de conhecimentos que emancipe a visão e envolva os alunos (MECHELS; FRAZÃO; SABOIA, 2019).

Segundo Freire (2017) o conceito de ensinar é moldado de acordo com os avanços de cada época, sendo o processo em que o mestre e o aluno retém conhecimento por meio de constatações adquiridas mediante a troca de experiências particulares.

Todavia, para De Andrade Mendes (2021) a maioria das teorias de educação financeira - tais como juros, empréstimos, inflação, investimento e economia – apesar de estarem presentes em livros, geralmente não fundamentam ou são explorados de modo ideal, através de paralelos e aplicações ao cotidiano.

Em casos do cotidiano escolar os conceitos financeiros são transmitidos sem exemplificação da aplicabilidade no contexto do estudante e aplicando-os em situações inerentes ao que os alunos presenciam, são apresentados somente como fórmulas matemáticas (CUNHA, 2020).

Em suma, a falta de qualificação dos professores para transmitir os debates e sanar as dúvidas dos alunos, assim como a inaplicabilidade dos conceitos e teorias no cotidiano dos estudantes, na qual apresentam fórmulas e materiais hipotéticos, constituem problemas a serem enfrentados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada teve um delineamento qualitativo, já que visa interpretar falas e citações de autores renomados que versam sobre o objeto de estudo e sobre a problemática em questão.

Em relação ao tipo de pesquisa quanto ao objeto de pesquisa, ela é descritiva e exploratória, características típicas de pesquisa qualitativa, conforme mencionado a seguir.

Exploratória, pois visa procura explorar um problema para fornecer informações para uma investigação mais precisa. Logo, pretende-se compreender e descobrir ideias e pensamentos de pesquisadores que abordam sobre o objeto desse estudo.

Tal tipo de pesquisa visa maior aproximação entre pesquisador e tema. Segundo Marcone e Lakatos (2010), tal método visa explorar ao máximo uma temática até se compreender a realidade onde o objeto de estudo está inserido.

A pesquisa também pode ser considerada descritiva, e de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), tal técnica busca “especificar propriedades, características e traços importantes de qualquer fenômeno que analisarmos e, descrever tendências de um grupo ou população”.

Como coleta de dados, foi utilizada para a elaboração do referencial teórico, a pesquisa bibliográfica. Tal técnica visa a busca de autores de renome que versam sobre a temática; no qual coletou-se dados e conteúdos do Ministério da Educação (MEC); Banco Central (BACEN); Domingos, Reinaldo; Kiyosaki; Nemos et al.; Neto; dentre outros.

Tal método é desenvolvido com conteúdo existente, seja através de material impresso ou digital. Serão usados trabalhos publicados nos últimos dez anos e os principais locais de busca serão: Scholar, periódicos capes, biblioteca digital das Instituições de ensino, DEDALUS, Base de dados produzida pelo *Institute for Scientific Information* (SIBI), *Brasil Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Revista de Administração de Empresas* (ERA), dentre outros. E os termos descritores foram: Educação financeira; finanças; finanças pessoais; crianças e adolescentes.

Foram excluídas obras que não versam sobre a problemática ou não abordem a um dos objetivos do estudo; bem como conteúdos que não fossem da língua portuguesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Financeira nas Escolas

O público infantil tem suas noções de consumo moldadas na sua família, Pontes *et al.* (2021) salientam que se a criança durante seu desenvolvimento perceber os familiares com problemas financeiros não aprenderá a economizar e,

consequentemente, possui a tendência de repetir os mesmos hábitos, ou seja, tornar-se um adulto endividado, com ações de consumo sem nenhuma responsabilidade ou técnica.

Neste prisma, com a finalidade de formar uma sociedade com uma mentalidade racional e técnica em relação à administração, com recomendações para futuros desenvolvimentos, o Governo Federal lançou recentemente, através do Ministério da Educação (MEC) em associação com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Programa Educação Financeira nas Escolas (VANDERLEY; DOS SANTOS SILVA, 2021).

A figura (1) demonstra os assuntos que são abordados em cada fase da vida escolar, na educação infantil e no ensino fundamental, de acordo com o grau de cada faixa-etária.

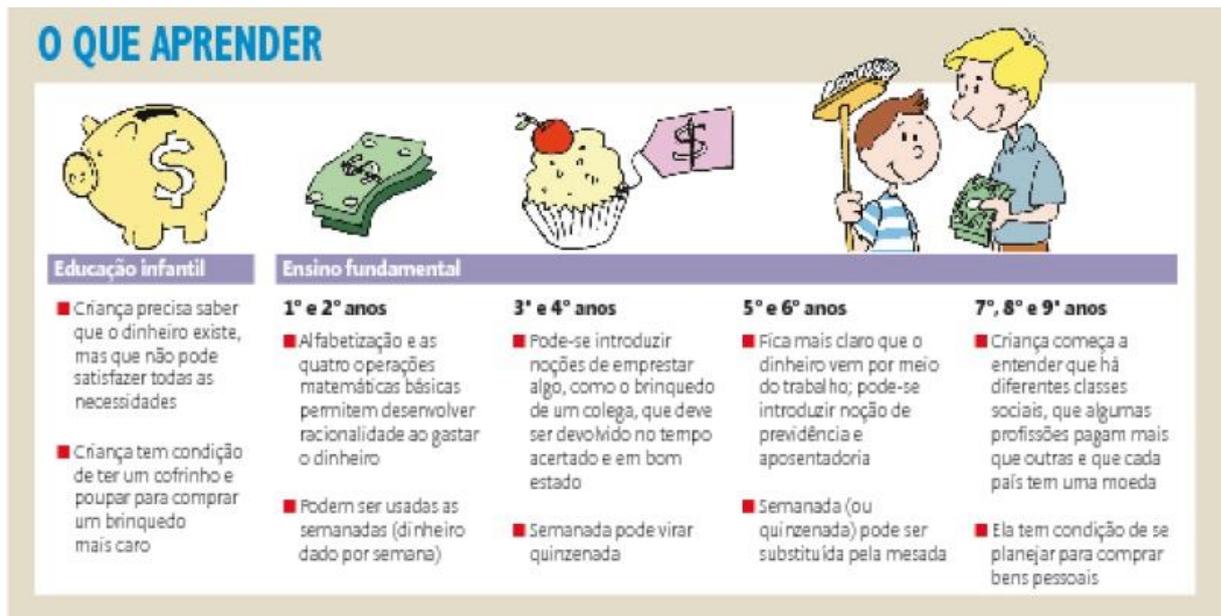


Figura 1 – Objetivos da educação financeira em cada fase escolar

Fonte – RIBEIRO (2013).

Disponível

em:

<https://opopular.com.br/noticias/economia/educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-vai-chegar-%C3%A0s-escolas-municipais-1.285861>.

Nota-se na figura que em cada período escolar a educação infantil segue um objetivo, propostas que são individualizadas através do ano escolar. Na educação infantil inicia-se com a ideia de saber economizar e nos anos posteriores outras noções são aplicadas, a exemplo sobre empréstimos e planejamentos.

De acordo com Rabelo (2021) a grade de conteúdos programados ofertará ideias básicas em relação a finanças pessoais de forma interdisciplinar às disciplinas da grade curricular. O ponto mais importante é dispor aos professores uma qualificação afim de que incentivem a educação financeira nas escolas e fora delas.

Para Barbosa (2021), as ações que envolverão o debate sobre educação financeira irão refletir diretamente nas próximas gerações, uma vez que haverá sustentabilidade das perspectivas e a transmissão desse conhecimento. Além disso, combina práticas vinculadas aos professores, buscando metodologias ativas e que referenciem os dilemas que os indivíduos encaram no cotidiano, como a obtenção de produtos parcelados, juros anuais e mensais, financiamentos e desvalorização.

Sendo assim, o público docente também irá aplicar transformações nas ações de cunho pessoal, uma vez que a educação financeira gera senso crítico e um olhar analítico para as questões comerciais, ou seja, a inteligência monetária possui uma importância social. Em relação às modificações no cotidiano mediante o debate sobre a temática, de acordo com o Portal MEC do Governo Federal:

A inserção da educação financeira pavimentará o caminho de uma importante ação educacional que, nos médio e longo prazos, contribuirá não apenas para o bem-estar dos alunos e suas famílias, mas também no fortalecimento do mercado, com a elevação do nível de conhecimento dos investidores e potenciais investidores sobre temas fundamentais para sua tomada decisão. Isto se traduzirá em planejamento financeiro mais estruturado, proteção contra fraudes e melhores decisões de investimento (BRASIL, 2021, p. 1)

Em linhas gerais, segundo a ideia acima, as famílias dos alunos também irão ser beneficiadas, considera-se que essas ações levarão para dentro das casas toda aprendizagem que os alunos receberão, já que é comum os alunos debaterem nas pautas da sociedade o que é ensinado dentro das escolas.

A qualificação do público docente, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento, também coopera para remediar contextos de risco. De acordo com pesquisa divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o público masculino com faixa etária 30 e 39 anos (36,5%) renda familiar mensal entre 2 e 5 salários-mínimos (23%) e com pós-graduação (38%), correspondem a 91% das vítimas de furtos financeiros (PONTES et al., 2021).

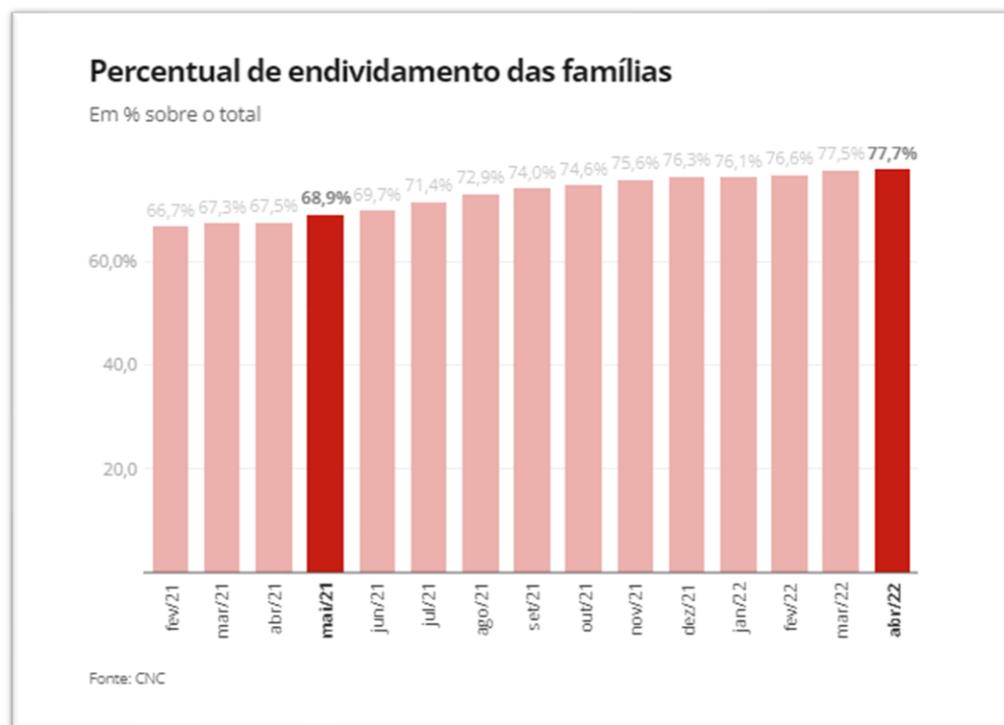
Seguindo a perspectiva de que os docentes precisam de treinamento e uma qualificação para fins didáticos, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o

objetivo é capacitar 500 mil professores das escolas públicas (municipais, estaduais e militares) nos próximos três anos (RASCHEN, 2015).

Os indicadores de inadimplência provavelmente serão reduzidos pelos próximos anos, cujo cenário atual aponta para recordes de inadimplência, evidenciado na figura a seguir.

Na figura (1) são apresentados os percentuais de endividamento das famílias no ano de 2021, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), nota-se que o país alcançou um novo recorde no mês de Abril.

Figura 2 – Endividamento e inadimplência das famílias batem novo recorde em abril



Fonte: CNC (2021).

Nesse viés, tal ação será percebida, pelos alunos e familiares, visto que o conhecimento financeiro terá duas vertentes: profissional e pessoal, atrelado a compreensão da economia, decisões serão tomadas de acordo com as circunstâncias econômicas (CORDEIRO; COSTA, DA SILVA, 2018).

O debate acerca da educação financeira já está inserido no contexto pragmático no Brasil, incluído na Base Nacional Comum Curricular - BNCC material

que possui a função de nortear o trabalho dos professores na educação básica, é essencial compreender que ela se dá também, e mais evidenciada, pelos paradigmas e casos presentes no âmbito familiar (BRASIL, 2018).

O público infantil tem suas noções de consumo moldadas na sua família, Pontes *et al.* (2021) salientam que se a criança durante seu desenvolvimento perceber os familiares com problemas financeiros não aprenderá a economizar e, conseqüentemente, possui a tendência de repetir os mesmos hábitos, ou seja, tornar-se um adulto endividado, com ações de consumo sem nenhuma responsabilidade ou técnica.

Neste prisma, com a finalidade de formar uma sociedade com uma mentalidade racional e técnica em relação à administração, com recomendações para futuros desenvolvimentos, o Governo Federal lançou recentemente, através do Ministério da Educação (MEC) em associação com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Programa Educação Financeira nas Escolas (VANDERLEY; DOS SANTOS SILVA, 2021).

A qualificação do público docente, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento, também coopera para remediar contextos de risco. De acordo com pesquisa divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o público masculino com faixa etária 30 e 39 anos (36,5%) renda familiar mensal entre 2 e 5 salários-mínimos (23%) e com pós-graduação (38%), correspondem a 91% das vítimas de furtos financeiros (PONTES *et al.*, 2021).

Seguindo a perspectiva de que os docentes precisam de treinamento e uma qualificação para fins didáticos, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o objetivo é capacitar 500 mil professores das escolas públicas (municipais, estaduais e militares) nos próximos três anos (RASCHEN, 2015).

Nesse viés, tal ação será percebida, pelos alunos e familiares, visto que o conhecimento financeiro terá duas vertentes: profissional e pessoal, atrelado a compreensão da economia, decisões serão tomadas de acordo com as circunstâncias econômicas (CORDEIRO; COSTA, DA SILVA, 2018).

O debate acerca da educação financeira já está inserido no contexto pragmático no Brasil, incluído na Base Nacional Comum Curricular - BNCC material que possui a função de nortear o trabalho dos professores na educação básica, é

essencial compreender que ela se dá também, e mais evidenciada, pelos paradigmas e casos presentes no âmbito familiar (BRASIL, 2018).

Medidas nacionais para incentivo e implantação da descentralização do conhecimento sobre finanças e EF

A seguir serão abordadas algumas medidas nacionais para incentivo e implantação da descentralização do conhecimento sobre finanças e EF.

a) Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Inicialmente ressalta-se que não há obrigatoriedade da EF no sistema de ensino vigente. Em suas normatizações e parâmetros curriculares o MEC preconiza a contextualização do ensino, que oportuniza um processo de aprendizagem conectado a competências para que os estudantes estejam aptos a introduzir a maior idade, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da habilidade de assimilação (MEC, 2021).

Na disciplina de matemática que há maiores formas de contextualização é orientado que seja abordado análise e julgamento dos cálculos de juros nas vendas a prazo; a convicção da interatividade que a matemática possui com outros ramos de aprendizagem; incentivo a habilidade de leitura e compreensão de materiais relacionados a economia; a utilização desta para promover ações de defesa dos direitos do consumidor (MEC, 2021).

Vale ressaltar que as indicações são presentes e asseguradas mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - nº 9.384/96), no entanto exibem uma falta de aprofundamento, o que deixa notório que não há uma preocupação explícita do MEC com a inserção da EF nas escolas (CORDEIRO; MAIA; SILVA, 2019).

O MEC, em conjunto com o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as secretarias da Fazenda e de Educação dos estados, vem implementando o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), seguindo a finalidade de qualificar os alunos na área fiscal. Segundo a Agência Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP) algumas instituições tornam-se necessárias para desenvolver a ação, ocorre

através da Escola de Administração Fazendária (ESAF) na qual disponibiliza conteúdos digitais e materiais relacionados a área (ANESP, 2018).

b) Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

Ressalta-se também a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), promulgada através do Decreto nº 7.397 do governo federal, em dezembro de 2010, viabilizando a atuação dos cidadãos mediante projetos e programas, ofertando fundamentações básicas em relação a previdência e Educação Financeira. Convém ressaltar que a coordenação é realizada pelo Conselho Educacional de Educação Financeira (CONEF), que foi edificado especificamente para essa atividade (MEC, 2010).

A criação da ENEF tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da EF e previdenciária, sendo atuante no fortalecimento da cidadania no âmbito financeiro. Ademais, foram criados também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), buscando determinar meios que fortaleçam a EF (MEC, 2010).

Vale salientar que desde a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) certas ações foram desenvolvidas, conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Ações ENEF

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Semana Nacional de Educação Financeira	tem como objetivo promover a ENEF, por meio de ações gratuitas realizadas em diversas regiões e estados brasileiros;
Selo ENEF	objetivo é reconhecer iniciativas de EF
Projeto Itinerante de EF	em parceria com o Serasa Consumidor, percorre o território brasileiro capacitando professores para que eles insiram tal disciplina no plano pedagógico da escola e a averiguação das atividades que estimulam a EF no Brasil

Fonte – MEC (2010)

c) Universidades

As universidades possuem uma função indispensável para a EF, uma vez que ofertam em cada Estado capacitações para os professores mediante cursos de pós-graduação (BAGNARA, 2022).

Apresentam-se como um polo que de EF, auxiliando e instruindo os professores para que desempenhem boas ações (BAGNARA, 2022).

d) Banco Central do Brasil (Bacen)

O Bacen é o criador do Programa de Educação Financeira (PEF), possui como função orientar a comunidade a respeito de assuntos econômicos, colaborando para a melhor compreensão acerca das características financeiras e da responsabilidade no planejamento das finanças individuais. São exemplos de ações implementadas (BACEN, 2006):

Quadro 2- Ações realizadas pelo BACEN

Projetos	Descrição
Projeto Museu-Escola	Possibilita visitas monitoradas ao museu do Bacen;
Projeto o Museu Vai à Escola	É uma ramificação do Projeto Museu-Escola, uma vez que transmite seminários e exposições às escolas do Distrito Federal e de regiões próximas;
Projeto BC e Universidade	Constituído por palestras mensais, transmitidas por colaboradores do Bacen e direcionadas aos estudantes universitários, esclarecendo sua atuação e suas funções.

Fonte – BACEN (2006)

Ressalta-se que as ações ofertadas pelo BACEN não alcançam os adultos, principais usuários dos serviços. Ademais, apresenta uma barreira que deve ser resolvida, haja vista que não possui uma normatização que determine o incentivo da educação monetária por parte de bancos e outras instituições (LEAL, 2018).

e) Comissões de Valores Mobiliários (CVM)

Atua em território brasileiro disponibilizando seminários e ofertando materiais que abordam as características de um investidor de sucesso, assim como responde as dúvidas dos indivíduos sobre a realização de investimentos (CVM, 2022).

A CVM investe desde 1998, na execução de programações, publicações e atividades de educação financeira e de investidores de forma organizada. Vale ressaltar que o pioneiro foi o Programa de Orientação ao Investidor (PRODIN), na qual objetivava fornecer aos investidores noções sobre proteção e educação, visando incentivar a formação de poupança e o destino consciente dos recursos monetários no mercado de valores mobiliários, além da unificação dos canais de atendimento ao cidadão-investidor.

f) Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)

É responsável por desenvolver o programa educacional Bovespa, estruturado em 1989, disponibilizando conhecimento para o público que deseja compreender a bolsa e o funcionamento do mercado acionário. Além disso, suas atividades objetivam demonstrar a importância das bolsas de valores para a economia do país, transmitir conceitos econômicos básicos, promover hábitos de poupança, entre outras (BAGNARA, 2022).

Além disso, oportuniza visitas monitoradas à Bolsa; realiza palestras e orientações à população, por meio dos projetos: “Educar” e “Bovespa Vai até Você”; realiza concursos estudantis; incentiva os concursos de simulação de investimentos em conjunto com o jornal Folha de S. Paulo; e desenvolve parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais (BOVESPA, 2006).

g) Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

A organização ganha notoriedade e atualmente disponibiliza informações em relação a utilização e as funções dos materiais financeiros, assim como cartão, caixa automático, segurança e relacionamento com bancos (FEBRABAN, 2006).

h) Serviços de Assessoria S.A - Serasa

Desenvolveu o Guia Serasa de orientação ao cidadão, viabilizando prestar suporte na gestão administrativa e pode ser identificado em seu site, além disso auxilia as pessoas na renegociação de dívidas e alerta sobre os riscos da inadimplência (SERASA, 2006).

i) Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID)

Difunde conceitos sobre investimento pessoal, estimulando a formação do investidor no Brasil, e incentiva a produção de estudos acadêmicos sobre o mercado de capitais brasileiro. No seu site, oferta serviços de *e-learning* e oferece informações educativas sobre alternativas de investimentos, como: fundos, ações, debêntures, CDB, títulos públicos. Também promove cursos e atua na certificação de profissionais que têm contato com os clientes, ao comercializarem produtos de investimento (ANBID, 2006).

j) Instituições financeiras

As instituições financeiras atualmente não são engajadas em difundir a educação financeira, uma quantidade mínima disponibiliza programas de EF para o público. Como exemplo, pode-se citar o Banco Itaú, que oferta o Guia do crédito consciente, orientando os indivíduos no uso apropriado de empréstimos e financiamentos e disponibilizando conceitos para a elaboração de um orçamento familiar (BANCO ITAÚ, 2006).

De acordo com Mamona (2022) o NUBANK – instituição financeira digital, efetivo recentemente o lançamento do “NuEnsina”, na qual mediante formatos didáticos e tecnológicos oferta educação financeira e transmite ensinamentos sobre investimentos e planejamentos. Disponibilizando testes práticos, áudios e vídeos para melhor compreensão. Objetivando ofertar ao público mais conhecimento sobre suas oportunidades e suas condições.

k) Mídia e eventos

A mídia é um dos meios que mais influenciam no estilo de vida dos cidadãos no mundo inteiro, no cenário brasileiro as funções da mídia - jornais, revistas, televisão, rádio e internet – é muito relevante, haja vista que possuem um alcance em larga escala e ofertam materiais acessíveis e de fácil compreensão (SILVEIRA; DO NASCIMENTO FERREIRA; DE ALMEIDA, 2020).

Além disso, uma forma eficiente de divulgar a modalidade é sua presença na realização de eventos. O Expomoney, por exemplo, oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, abordando assuntos, como: ações, fundos de investimento, planejamento financeiro, previdência, economia doméstica, entre outros (EXPOMONEY, 2006).

l) Demais associações

Outras instituições também desempenham atividades que buscam incentivar a educação financeira, como: a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), que disponibiliza orientações através do Manual do portador de cartão (ABECS, 2006); e a Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP), que disponibiliza informações relativas aos produtos de previdência (ANAPP, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se a partir de toda a contextualização que é importante uma aprendizagem que forneça reflexão, autonomia e conexão didática. Desse modo, o público estudantil, independente da faixa etária, irá adquirir senso crítico e mais possibilidades de reduzir e/ou evitar as experiências negativas na sua relação com o dinheiro.

Averiguou-se que as metodologias empregadas e o contexto que os alunos estão inseridos é um fator que desencadeia e indicará o interesse e aptidão dos alunos. Uma vez que as metodologias ficam limitadas a disciplina de matemática, restritas a fórmulas que não são ferramentas interdisciplinares, haja vista que é imprescindível noções sociológicas e históricas em relação a temática, disponibilizando aos alunos o conhecimento sobre crises e fatos históricos que foram consequências da falta de educação monetária.

A partir do estudo demonstrou-se que a educação financeira não é aplicada com rigor nas escolas brasileiras, porém, visualizou-se que há perspectivas de desenvolvimento, uma vez que vários tipos de órgãos se dedicam a incluir e incentivar o tema. Ademais, notou-se que as normatizações que fundamentam a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, restringem a aprendizagem de educação monetária a disciplina de matemática, dessa forma, não constroem modificações internas aos alunos, uma vez que é necessário a interpretação e compreensão acerca de outras dimensões e abordagens, como a social, psicológica, econômica e antropológica, porque atuam nas decisões de renda e consumo.

REFERÊNCIAS

ABECS, Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. **Manual do portador de cartão**.2006. Disponível em: www.abecs.org.br/. Acesso em: 12 out. 2022.

AMORIM, Klerton Andrade Freitas de et al. A influência da educação financeira na inserção dos investidores no mercado de capitais brasileiro: um estudo com discentes da área de negócios. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 17, n. 2, p. 567-590, 2018.

ANDRADE MENDES, Renata de. Educação Financeira Infantil sob a perspectiva da Neurociência. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 15, p. 89-98, 2021.

ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

ANESP, Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **ESAFESAF oferta curso à distância Educação Financeira-Gestão de Finanças Pessoais**. 2018. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2018/6/6/esaf-oferta-curso-distancia-educao-financeira-gesto-de-finanas-pessoais> Acesso em: 10 out. 2022.

BARBOSA, Marcelo. **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas**. Agosto 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 09 set. 2022.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Programa de Educação Financeira**.2006. Disponível em: www.bacen.gov.br/?PEF-BC. Acesso em: 12 out. 2022.

BAGNARA, Gustavo Provin. **Uma proposta de formação continuada: perspectivas e desafios da educação financeira**. 2022. Monografia. Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS).

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (Bovespa). Programa educacional Bovespa. **Bovespa**, 2006. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acessado em: 10 out.2022.

BRASIL, MEC, **Metodologia-Capítulo-Revisão**. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Brasília. Série 1, v.1, n.1, p. 15-14, mar./set. 2021.

BRASIL, Ministério da educação (MEC). **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas**. Agosto 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em 11 set.2022.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **CVM lança política de Educação financeira**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-lanca-politica-de-educacao-financeira> Acesso em: 13 out. 2022.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai Rico Pai Pobre: O que os ricos ensinam aos seus filhos sobre dinheiro.** 67. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.

LEAL, Sandra Filipa Oliveira. **Educação financeira no 1.º CEB: Importância da poupança e do planejamento.** 2018. Dissertação de Mestrado.

LUZ, Elton John Ferreira; AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante; MELO, Maria Aldiléia Silva. Orçamento Familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 206-218, 2019.

MAMONA, Karla. Nubank lança programa de educação financeira gratuito em aplicativo. **Exame.invest.** 2022. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/nubank-lanca-programa-de-educacao-financeira-gratuito-em-aplicativo/>. Acesso em: 13 out. 2022.

MICHELS, Renata; FRAZÃO, Tuani; SABOIA, Juliana. Educação financeira infantil. **Anais da Mostra de Iniciação Científica do Cesuca**, n. 13, p. 462-463, 2019.

NEMOS, Camila Labres; DURO, Mariana Lima; FOGLIARINI FILHA, Cláudia Brum de Oliveira. A educação financeira enquanto prática de autonomia financeira individual na escola básica. **Educación matemática**, v. 33, n. 3, p. 172-201, 2021.

NETO, Alfredo Meneghetti et al. **Educação financeira.** Edipucrs, 2014.

PONTES, Juliana Martins et al. **Educação financeira no Ensino Médio: concepções, ENEF e livros didáticos.** 2021.

RABELO, Marcelo. **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas.** Agosto 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 15 set. 2022.

RASCHEN, Samuel Ricardo. Proposta de sequência didática para o desenvolvimento da educação financeira em escolas. **Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**, v. 19, p. 1-12, 2015.

RAMON, Rosangela; TREVISAN, Eliane. Educação financeira: um comparativo entre estudantes de escolas públicas e privadas. **REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, v. 7, n. 2, p. 109-126, 2019.

RAMOS, Maria do Socorro Ferreira; DE SOUZA MOURA, Patrícia; LAVOR, Otávio Paulino. Educação financeira: Sequência didática com o aplicativo “Minhas Economias”. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, v. 4, n. 1, 2020.

REIS, Tiago. **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas.** Agosto 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 15 set.2022.

RIBEIRO, Karina. Educação financeira vai chegar às escolas municipais. **O Popular**. 2013. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/economia/educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-vai-chegar-%C3%A0s-escolas-municipais-1.285861>. Acesso em: 23 set.2022.

SANTIAGO, Ana Elisa Esteves. A educação financeira escolar em Portugal. **Boletim Gepem**, n. 66, p. 20-30, 2015.

SILVEIRA, Ana Flávia; DO NASCIMENTO FERREIRA, Roberto; DE ALMEIDA, Mário Sérgio. Período acadêmico, nível de consumo, planejamento financeiro: como está a educação financeira dos alunos de graduação na universidade de São João Del-Rei? **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 2, p. 126-140, 2020.

SILVA, Ana Luiza Paz et al. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **João Pessoa: Revista Princípi**a, p. 215-224, 2018.

TEIXEIRA, Paulo Jorge Magalhães. Educação Financeira Crítica: questões e considerações. **Revista BOEM**, v. 4, n. 7, p. 163-193. 2016.

UNICAMP. Crianças com educação financeira nas escolas. **Diário de Pernambuco**. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/11/06/criancas-com-educacao-financeira-nas-escolas> Acesso em: 2 out. 2022.

VANDERLEY, Matheus Silva; DOS SANTOS SILVA, Jean Gomes; DE ALMEIDA, Severina Alves. Educação Financeira na Infância e Adolescência e Seus Reflexos na Vida Adulta: Uma Revisão de Literatura. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 20, 2021.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? **Educação Matemática Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020.